



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 3 DE NOVEMBRO DE 2004

N.º 3368

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

EXPEDIENTE	Pág. 2
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 2
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 3
ORDEM DO DIA	Pág. 4
EXPLICAÇÃO PESSOAL	Pág. 5
DIVERSOS	Pág. 5
CONTRACAPA	Pág. 6

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do **BPM**; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do **BSC**; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do **BLT**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do **PSDB**; JOSÉ VIEIRA, do **PFL**; JOSÉ BESTENE, do **PP**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; NOGUEIRA LIMA, do **PSC**; TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado **Juarez Leitão**
BPM - Deputado **Elson Santiago**
BSC - Deputado **José Luis**
BLT - Deputado **Hélio Lopes**
PMDB - Deputada **Antônia Sales**
PSDB - Deputado **Luiz Gonzaga**
PFL - Deputado **José Vieira**
PP - Deputado **José Bestene**
PDT - Deputado **Luiz Calixto**
PSC - Deputado **Nogueira Lima**
PPS - Deputado **Tarcísio Medeiros**
PTB - Deputado **Roberto Filho**
Líder do Governo - Deputado **Edvaldo Magalhães**

73ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 3 de novembro de 2004

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA e NILSON AREAL

Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTE: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; CHAGAS ROMÃO do PMDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; ELSON SANTIAGO do BPM; ANTONIA SALES do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Comunicado, do Deputado Luiz Gonzaga, informando que estará ausente do País no período de 29 de outubro a 8 de novembro do corrente ano, pois estará na Espanha fazendo contato com empresários e Instituições Universitárias;

Indicação N. 107/2004, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, Prof. Arnóbio Marques, atendimento aos itens citados a seguir, solicitados pela equipe gestora da Escola de Ensino Fundamental Santa Lúcia III, situada no Município de Acrelândia: a) Envio de livros atualizados sobre História do Acre; b) Envio de 02 (duas) escovas dentárias, ao ano, por aluno; c) Atendimento Odontológico aos alunos; d) Funcionamento do Laboratório de Informática para atender aos alunos de Ensino Médio em 2005; e) Atendimento psicológico 1 (uma) vez por semana, seguido de palestras, vídeos, cursos de relações humanas; f) Implantação de um laboratório de ciências; g) Construção de uma quadra coberta; h) Regularização do Ensino Médio na Escola; i) Adequação de uma sala de aula para Educação Infantil e um playground; j) Reforma no bloco administrativo e construção de uma sala para os professores; k) Construção de um auditório para funcionar: vídeos, palestras, cursos, reuniões com a comunidade; l) Filtração da água para o consumo dos alunos e funcionários; m) Acompanhamento da Coordenação de Ensino Especial aos portadores de deficiências;

Indicação N. 108/2004, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando o encaminhamento ao Governador do Estado do Acre, do Anteprojeto de Lei o qual “Institui o mês de maio como data-base dos Servidores Públicos do Estado do Acre e dá outras providências”;

Indicação N. 109/2004, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, Prof. Arnóbio Marques, reforma na antiga Secretaria de Transporte Público – Setop, para implantação de uma Escola Infantil no referido prédio situado à Rua Barbosa N. 380, Bairro da Base, para atendimento às crianças de 4 a 6 anos.

Pequeno Expediente

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero apresentar um Projeto de Lei, que para mim seria óbvio, mas como o óbvio nem sempre é óbvio tenho que apresentá-lo. Tal projeto dispõe sobre a sinalização de identificação nas rodovias estaduais e federais e nos ramais.

É impressionante, mas os ramais daqui não têm placa de identificação. Então não custa nada botar uma plaquinha. A esse respeito, a equipe que trabalha comigo fez um trabalho legal, mostrando exemplos de placas de identificação de destino, até para servir como proposta, como essa aqui da Lapa que fica no Rio de Janeiro, mas pode ser diferente dessa; o importante é que tenha sinalização.

Dias atrás, era para eu entrar em um ramal e acabei entrando em outro. Isso aconteceu porque não tem placa de sinalização. Inclusive deveria ter na placa o nome do ramal, a extensão do ramal e o município ao qual esse ramal pertence, principalmente agora, depois que houve a CPI dos limites, muitos ramais que eram de um município passaram para outro.

Semana passada eu perguntei para o Deputado Edvaldo em qual município havia ficado o ramal do Bigode, porque estava havendo um problema, para saber se era de Senador Guiomard ou de Acrelândia. Agora ficou mesmo em Acrelândia. Então as coisas têm que ficar bem claras, até

por uma questão de organização, por isso eu estou apresentando esse projeto, colocando que é obrigatória a sinalização de identificação em todas as estradas do nosso Estado, bem como nas vicinais. Ela deverá ser instalada nas extremidades das vias de acordo com os seguintes parâmetros e características: meio ambiente visibilidade e a inclusão de mensagem incentivadora de conservação das vias. Esse é um projeto que estamos apresentando, hoje.

Senhor Presidente, dias 18 e 19, o Tribunal de Justiça, e o Ministério Público, com o apoio da Assembléia Legislativa, estarão realizando um seminário sobre a ocupação coletiva de terras rurais, a Constituição Federal e a proteção do meio ambiente. Eu Acho que será um dos melhores seminários deste ano, porque atualmente há vários conflitos de terras. O Juiz determina a retirada das pessoas e isso está sendo extremamente questionado. Há decisões que envolvem o Acre, mas que são tomadas fora do nosso Estado. Então, nós pedimos ao Ministério Público que fizesse um seminário, onde participassem juizes, as pessoas envolvidas nos conflitos e a CUT. Eles pediram também que eu fizesse uma palestra sobre as estratégias e políticas públicas para o setor rural. Darei essa palestra e gostaria de pedir para os Deputados que tiverem algum trabalho nesse sentido, que me ajude4m. A comissão dos Direitos Humanos desta Casa está fazendo parte, como co-autora desse evento.

Nos dias 19 e 20 de outubro, nós tivemos aqui em Rio Branco, o encontro sobre o ensino nas escolas rurais promovidos pela Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação. Nesse encontro foi feita uma carta mostrando como está a situação da educação rural, as perspectivas do ensino rural e principalmente como anda a questão da faculdade dos professores rurais.

Nós temos hoje 4.700 professores concluindo o nível superior, graças também a esta Assembléia Legislativa que aprovou uma Lei aumentando os recursos para a educação; mas em relação aos professores da zona rural, infelizmente nós ainda não conseguimos concretizar essa questão da faculdade. E essa reunião foi muito boa, para que pudéssemos concluir os trabalhos em relação à universidade para os professores das escolas rurais.

Na Câmara Federal e no Senado eles dão como lidas as matérias, mas eu vou tirar cópia para deixar nos Anais da Assembléia Legislativa esta carta que nós fizemos nesse encontro em que eu fui representando esta Casa. (Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos da Imprensa, depois de muito esperar, reclamar e denunciar finalmente a Deputada Naluh Gouveia conseguiu que o Governador Jorge Viana cumprisse sua obrigação constitucional de responder às indagações feitas pelos Parlamentares desta Casa. Algumas informações chegam incompletas, mas o fato é que neste caso específico, as informações vieram em bom volume.

O Poder Executivo gastou cerca de quarenta reais em fotocópias e a Assembléia Legislativa também gastou uma boa quantia para me ofertar cópias da resposta dada pelo Governador Jorge Viana. Portanto, seria deselegante e desonesto da minha parte, pedir um calhamaço de fotocópias e não dar a elas a atenção devida. Tenho informações sobre a questão dos marmiteix que são fornecidos para a penitenciária estadual, e a partir de amanhã, irei desdobrar esse assunto para mostrar à população as falhas e irregularidades contidas nesse processo de licitação.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero fazer aqui um registro sobre a benevolência, o favorecimento e a sorte que alguns empresários possuem no Estado do Acre. Quem fizer uma pesquisa no mercado de Tarauacá, Deputado Moisés Diniz, constatará que o valor do aluguel daquelas mercearias é superior ao salário mínimo. No bairro Seis de Agosto, na Cidade Nova ou em qualquer outro lugar não é diferente. Façam uma pesquisa dos aluguéis e verifiquem se estou enganado. Um quarteirão que não disponibiliza a menor estrutura aos seus moradores, certamente não custa menos que R\$. 150,00. E muito deles é composto de quarto, sala e cozinha tudo junto e o banheiro é no fundo do quintal. Aqui no mercado e nos comércios mais centrais, como por exemplo, na Praça da Bandeira, o valor de um aluguel gira em torno de R\$ 500,00 a R\$ 800,00. A pesquisa que fiz na galeria Meta, no Pão de Queijo e no Mira Shopping que é o ligar mais caro de Rio Branco, comprova o que eu estou falando. O aluguel nestes estabelecimentos custa três mil e quinhentos reais.

Alguns empresários são sortudos demais, no que se refere aos seus negócios, pois alguém me falava que o aluguel do Paço é de R\$ 800,00 por mês. Eu, sinceramente, não acredito porque hoje, aquele ponto comercial é um dos mais freqüentados pela população do Estado do Acre. Não resta dúvidas de que o Parque da Maternidade é um local muito bonito, atrativo e bastante freqüentado pelas pessoas. Senhor Presidente, a sorte daquele empresário com o Governo é imensa. Eu fiquei estupefocado com o valor do aluguel que foi informado à Deputada Naluh Gouveia. Trata-se de um restaurante bastante freqüentado, onde as coisas custam caro, e vive lotado de terça a domingo. E paga para o Estado, segundo informações prestadas pelo Governador Jorge Viana, R\$ 1.001,71 de aluguel. É muito barato! É muito favorecimento! Qualquer empresário pequeno da Praça da Bandeira ou do Camêlódromo próximo ao mercado paga quase isso por mês. O Parque não foi feito a fundo perdido. Nós temos que pagar o seu financiamento. Como nós vamos justificar para os outros comerciantes que têm seus imóveis alugados, que o restaurante mais freqüentado do Estado do Acre, com faturamento invejável se comparado a outros, paga essa quantia irrisória de aluguel por mês? O difícil, Senhor Presidente, será convencer os outros

empresários, aqueles que também pagam aluguel, de que o locatário do Paço paga apenas R\$ 1001,71 de aluguel por mês.

Então, a questão não será aumentar ou diminuir o valor do aluguel daquele restaurante, mas sim justificar perante os demais empresários o porquê desse valor, já que trata-se de um local privilegiado, com uma vista maravilhosa. E mesmo assim paga um aluguel inferior aos preços praticados no mercado imobiliário de Rio Branco.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvintes da galeria, companheiros da Imprensa, Deputada Naluh Gouveia, a discussão dos assuntos que foram tratados aqui, me deixa desiludido com o Governo da Floresta.

O projeto da Deputada Naluh é ótimo. Ela sugere que se coloque placa nos ramais. Mas Deputada Naluh, de que adiantaria colocar plaquinhas se os ramais estão intrafegáveis? As plaquinhas seriam para um segundo plano, pois se não há ramal, para que nós vamos colocar placas?

Quanto ao valor do aluguel do Paço Restaurante, tenho a dizer que sou proprietário de um ponto na rua Seis de Agosto, é bem pequeno, mede 9x17 e alugo por R\$ 1.000,00, e não arrecada tanto quanto o Paço. Então, isso é um absurdo e temos que tomar algumas providências.

Na semana passada, fiquei um pouco exaltado quando denunciei, nesta Casa, que a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública não estavam sendo eficientes quanto a segurança do nosso Estado. Depois disso recebi alguns telefonemas dos Comandantes das Polícias, Civil e Militar, dizendo que a realidade era aquela.

De sexta-feira até ontem, Senhores Deputados, houve um massacre na nossa cidade. Foram registrados seis assassinatos, todos de maneira diferente um do outro, e que se tivesse um plano de ação do Governo, para Segurança, poderiam ter sido evitados.

Quando o Parque da Maternidade foi inaugurado, havia policiamento para fazer a segurança. Os policiais andavam de bicicleta e trajavam bermudas. Era uma segurança maravilhosa que eu, inclusive, elogiei. Além do Policial Militar havia também carros da Polícia Civil. Hoje, não tem mais segurança, nem carros, nem policiamento a pé; enfim, não tem mais nada e as pessoas de bem estão sendo maltratadas e agredidas por pessoas que vão àquele Parque apenas para praticar o mal. Inclusive, agem em gangues.

Outro local onde a segurança está critica Senhor Presidente é o calçadão da gameleira. É um local onde levamos nossas crianças e a população freqüenta maciçamente e de repente está se transformando em um matadouro. Este final de semana duas pessoas foram atacadas nesse local, uma morreu e outra está no hospital em estado grave. Tudo por falta de estratégia de segurança, Deputado Edvaldo. Não havia nenhum policial perto da cabeceira da ponte quando assassinaram aquele rapaz. Não tinha ninguém. Por quê? Por que não havia viaturas suficientes naquele dia para fazer a segurança no Parque da Maternidade? Eu moro na rua Seis de Agosto, e fui chamado na hora que houve o problema. Um dos rapazes que morreu era da rua Seis de Agosto e na hora do acontecido alguém me procurou e disse: “Delinho, pelo amor de Deus, não tem ninguém lá”. Ligamos para a polícia e só depois é que chegou uma viatura. Também não havia policiamento com homens a pé, não tinha ninguém.

Agora, têm bares, boate gay, casas de diversão, e as pessoas vão para lá, estacionam seus carros de som etc. principalmente nos feriados e a polícia precisa estar lá, mas não estava. Será que os Policiais Militares e Cíveis estão realmente gostando do seu Comandante e do sistema de segurança que está sendo aplicado? Como estão sendo destacados os homens e distribuídos as viaturas? O sistema de segurança não é bom, e o descontentamento da tropa é grande, Deputado Edvaldo. Eu já estou avisando há algum tempo: se não tirar o Comandante e seu sub-Comandante, vai continuar o desgaste da corporação.

Quando encontramos policiais na rua, o que vemos é uma viatura parada e os policiais encostados nela, tranquilos. Estão assim porque não querem trabalhar? Não! É o descontentamento! Não convocam uma reunião naquele quartel para explicar para os PMs o que eles devem fazer, não cobram nada deles! Está faltando hierarquia, disciplina e administração.

Na Polícia Civil a situação é parecida. Os policiais estão vendo que quem está comandando a PM é o Secretário de Segurança, que não sabe fazer nada, nem na corporação da PM, nem na Polícia Civil. Enquanto isso, o Estado está se transformando em palco de bang-bang.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero apenas propor que amanhã, após o Pequeno Expediente, recebêssemos os representantes da Associação dos Magistrados, porque o Procurador da República entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, contra uma Lei que os Deputados aprovaram na Legislatura passada. Essa Lei foi considerada inconstitucional, mas os Juízes têm outra opinião. Isso coloca sob suspeita a nossa capacidade de legislar e até a nossa competência. Portanto, estou propondo que amanhã tratemos dessa questão.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente, quero agradecer ao Deputado Edvaldo Magalhães e aos funcionários do Deracre por terem atendido minhas

reivindicações, pois colocaram umas carradas de piçarras no bueiro, só que se der mais uma chuva, agora é que vai de vez. Eles tinham que fazerem um serviço bem feito, Deputado, aí o elogio seria melhor. Então que eles voltem e completem o serviço, porque se V. Exª quiser, nós poderemos ir lá e filmar, pois ficou uma porcária mesmo assim, eu quero agradecer, porque os funcionários disseram que o Senador Tião Viana ligou para que essa solicitação fosse atendida.

Senhor Presidente, nós aprovamos o Conselho de Ética deste Poder, mas não o colocamos em prática, porque graças a Deus, ainda não foi preciso; mas o jornal “O Estado” de domingo traz aqui numa de suas páginas o depoimento do Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Oliveira, em que ele diz que foi procurado por um grupo de marajás oferecendo quinhentos mil reais, para que ele interferisse no relatório da CPI da Assembléia Legislativa.

Agora mesmo, eu ouvi o Deputado-Presidente, dizer que é mentira, mas aqui está uma nota do jornalista João Roberto Braña, que é nosso amigo. Se for mentira, ele tem que ter mais responsabilidade com o que publica em sua coluna, pois o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Edvaldo Magalhães, está dizendo que essa reportagem não é verdadeira. Senhores Deputados, não fui eu quem inventou essa história. Inclusive esse assunto deveria ter surgido naquela época em que estava havendo a CPI, para que nós convocássemos esses cidadãos a prestarem depoimentos, porque isso é uma imoralidade. O que está escrito aqui no jornal, é que essa notícia foi repassada ao Presidente desta Casa por uma funcionária deste Poder. Isso causou-me estranheza, Deputado Sérgio Oliveira. Portanto, achamos por bem vir à tribuna pedir uma explicação, e essa pessoa tem que explicar aqui na Assembléia Legislativa, que molecagem é essa? É claro que, eu acho que não foi aceita essa proposta. Deputado nenhum interferiu no relatório da CPI, mas também percebe-se nas entrelinhas do jornal que essa CPI foi feita para mostrar o que realmente está errado. E as outras, Deputado Edvaldo Magalhães, que também foram feitas não mostraram o que estava errado? Como por exemplo, a do Banacre que o Senhor foi o Presidente, será que ela foi feita para esconder alguma coisa? Eu acho que não. Eu não participei, mas fizeram o maior estardalhaço ao mostrarem quem estava devendo. Infelizmente nessa CPI dos Marajás nós não convocamos ninguém.

Eu me absteve da votação do relatório do companheiro, Deputado José Luis, por achar que ele tem algumas coisas erradas e outras certas, por isso que eu fiquei fora dessa votação. E digo desta tribuna, que não tenho medo de ser questionado por ninguém; mas essa questão dos quinhentos mil reais terem sido oferecido para o Presidente desta Casa tem que ser averiguada. Devemos convidar essa pessoa ou essas pessoas que ligaram, pois provavelmente na hora se identificaram.

Então fica aqui o nosso pronunciamento a respeito, e sugiro que façamos uma reunião para discutir esse assunto.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, a cada dia vemos este Poder ser desacreditado perante a população.

O Deputado Tarcísio se referiu ao jornal que publicou essa matéria, inclusive eu trouxe para cá o jornal com essa denúncia da tentativa de suborno ao Presidente. E eu acho o seguinte Deputado Tarcísio: as CPIs feitas aqui, foram para esconder coisas erradas, porém essa não. Então, se não foi para investigar coisas erradas, e aqui fazemos a primeira pergunta ao nosso Presidente; para que foi? Essa proposta foi feita ao Presidente para que ele se vendesse, ou seja, que desse um jeito para que a CPI fosse encerrada, e pronto. Aí eu perguntei ao nosso Presidente, se os membros da CPI tinham sido comunicados, ou se ele, pelo menos, tinha aberto um inquérito ou uma sindicância administrativa aqui na Casa.

Aí, eu pergunto novamente a V. Exa., Senhor Presidente, se foi aberto uma sindicância? Afinal o Poder somos nós. Ou isso vai ficar só aqui no jornal? E o Poder do qual sou Deputado, como é que fica perante a população? Inclusive várias pessoas vieram me perguntar, lá na 6 de Agosto, o que o Deputado Sérgio Oliveira tinha feito para que isso fosse esclarecido? E eu respondi que não sabia, pois estávamos sem trabalhar por conta do final de semana prolongado.

Portanto, eu gostaria que V. Exa. se pronunciasse a respeito e reforço aqui o pedido do Deputado Tarcísio, no sentido de que seja feito uma reunião, para sabermos realmente o que aconteceu, para podermos explicar à população. Porque se realmente foram os marajás que fizeram tal proposta, nós temos que mandá-los para cadeia, porque o Poder legislativo não pode ser desmoralizado dessa maneira. Agora, se foi a Imprensa a responsável, vamos pedir para o jornal se retratar. V. Exa. sozinho não é o Poder. V. Exa. não comanda essa Casa isoladamente. Aqui temos 23 Deputados além do Senhor, que merecem explicação, assim com a população, e nós temos que fazer isso. Portanto, eu gostaria que V. Exa. fizesse essa reunião e que nos desse algum esclarecimento a respeito dessa questão.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, na semana passada, os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito e membros da Mesa Diretora entregaram o Relatório da CPI dos Marajás aos representantes do Tribunal de

Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Procuradoria Geral do Estado e em função da ausência do Governador em nosso Estado ficamos de fazer a entrega a S. Exa. desse mesmo documento num momento posterior.

Está marcado, daqui a 10 minutos, no Palácio Rio Branco, a audiência para que o Governador possa receber os integrantes da Mesa Diretora da CPI e demais Parlamentares que queiram participar dessa entrega.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Conforme Questão de Ordem apresentada pelo Deputado Edvaldo Magalhães, e em acordo com o Deputado José Luis, Presidente da CPI, convidamos os Nobres Deputados a nos acompanhar na entrega do Relatório da CPI dos Marajás ao Governador do Estado.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Eu acho que V. Exa. cometeu um equívoco, porque no momento que o Deputado Tarcísio Medeiros estava falando, eu estava ao lado de V. Exa. e assinei a ordem de inscrição, e equivocadamente, o nobre Parlamentar chamou o Deputado Nogueira Lima.

O que eu quero é que o nobre colega garanta a minha palavra.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto à minha posição em relação à Mesa Diretora acho que por ser professora, e não apenas política, eu não me sinto contaminada com certas coisas inerentes à vida pública, e acho que por isso eu não soube quem foi o jornalista que colocou essa matéria no jornal. Realmente a representação artística que melhor caracteriza o político é aquele quadro humorístico que quando perguntam uma coisa para um personagem e ele responde apenas com “bz, bz, bz, bz, bz...”. Quer dizer, político nunca diz tudo, e nunca diz claramente o que tem a dizer. É por isso que eu fiquei feliz quando expus a minha posição em relação à eleição da Mesa Diretora. Eu voto no Deputado Sérgio Oliveira e acho que temos que discutir a questão da Secretaria da Mesa Diretora, porque se o Deputado Polanco tem a intenção de ir para o Tribunal de “Faz de Conta” e vir para a Secretaria, não dá para votar no Deputado Sérgio Oliveira e no Polanco. Eu coloquei a minha posição sem interesse em barganha alguma, acho que ele está fazendo um bom trabalho, mas discordo de algumas coisas. Embora, fiquem com “beicinhos” ou querendo dar rabissaca, não mudarei a minha posição.

A Mesa Diretora tem que ser firme no que se refere às informações que solicitamos, e o que me causa estranheza e mais indignação, é quando se diz que o Deputado é quem deve entrar com a ação, quando um ofício não é respondido, pois depois de aprovado, não é mais do Deputado e sim da Mesa. Isso é óbvio, mas aqui no Acre o óbvio não é muito óbvio. Essa é a razão pela qual eu estou fazendo esse floreado todo para entrar no assunto que eu quero discutir.

O Governador Jorge Viana, enviou um ofício fornecendo as informações sobre a questão do marmitex e do Paço Restaurante. O Deputado Luiz Calixto tomou a frente, nas discussões sobre o assunto, porque os ofícios são públicos, qualquer Deputado pode pedir. Espero que depois eu não tenha que responder no PT ou em outras reuniões de base, acusações de estar de comum acordo com a oposição. Todos sabem que faço parte da base de sustentação do Governo aqui na Assembléia. O Deputado Luiz Calixto colocou a posição dele. Toda documentação aqui é pública, portanto, se veio para um Deputado, qualquer outro Deputado pode pegar. Mas não é esta a nossa estranheza.

Eu não tenho imóvel alugado, mas não consigo compreender como algumas pessoas pagam entre 300 a 500 reais de um aluguel por um quarto, enquanto um restaurante como o Paço é alugado por R\$ 1.001,71. Eu sou péssima em negócios, mas acho que esse valor é arrecadado em quatro a cinco dias. Eu quero dizer, Senhor Presidente, que conheço poucos empresários, e não sei quem é o dono do Anexo tampouco o dono do Paço, mas como aqui sempre há algo mais por trás da questão em debate, o que eu estou discutindo é o valor extremamente pequeno que é pago pelo Paço e o Anexo, lugares que estão sempre cheios. Sinceramente, eu quero crer que o Governador está sendo muito bom. Eu queria, inclusive, compreender por que a Avenida Getúlio Vargas não pode ser considerada a nossa Avenida Paulista, porque o Parque da Maternidade faz esse papel. Além disso, existem ali esses restaurantes que são alugados por quantias irrisórias. Eu acompanhei alguns companheiros que alugaram alguns imóveis para comitê em alguns bairros por R\$ 1.500,00, e até por mais. Eu não acredito que apenas por ser em época de campanha, havia um superfaturamento. Eu vou levar essa discussão para a cúpula do PT, porque esse valor pago pelo aluguel é muito baixo.

Com relação aos marmitex, quem ganhou foi o Governador Jorge Viana, todo mundo sabe que ele governa sozinho, ou com a sua sombra, com quem de vez em quando ele dialoga sobre o que deve ou não fazer.

No que se refere ao Deracre, eu acho que tomaram a posição certa. São várias empresas que fornecem marmitex. A sugestão que eu faço ao Governador é ótima. Nós poderíamos fazer cooperativas com as empresas pequenas, que hoje estão se acabando; seria o momento de revitalizar o Mercado do Colono que está decadente. Infelizmente em nosso Estado tudo gira em torno do Governo. Um Governo Socialista como é o do PT deveria estar atento a isso. Essas firmas pequenas poderiam estar trabalhando, entregando uma determinada quantidade de marmitex. Se juntássemos as pequenas empresas e fizéssemos uma cooperativa, se o Governador Jorge

Viana ouvisse o Deputado Juarez, nesta questão de cooperativa, daríamos um passo muito grande.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputada, a partir de amanhã farei umas demonstrações da documentação que nós recebemos e a Senhora colocou muito bem, que é uma demonstração da Assembléia e não sua apenas.

Com relação ao aluguel daquele restaurante, se nós fizermos como eu fiz, uma pesquisa razoável de mercado nas imobiliárias, iremos chegar a triste conclusão para o povo acreano, e a feliz conclusão para o dono do restaurante que ele foi alugado por muito pouco ou quase nada. O Parque da Maternidade não foi concluído com o dinheiro a fundo perdido, foi construído com dinheiro tomado emprestado da Caixa Econômica, que nós vamos pagar; na verdade, nós já estamos pagando. E uma parte do que nós vamos precisar para pagar o Parque da Maternidade, seria exatamente proveniente dos serviços que são prestados ali, e o Paço é um deles. Então o Governo foi extremamente benevolente e terá dificuldade em justificar para os demais empresários que têm imóveis alugados, que ele fez um investimento milionário para construir as instalações físicas do Paço, e não vale aqui o argumento de que eles tiveram que comprar cadeira, porque evidentemente teriam que comprar, para ao final alugar-lhe por míseros mil reais, porque nós estamos falando de um ponto comercial cobigado, que recebe milhares de pessoas durante a semana toda. Uma rodada de chope no Paço é o suficiente para arrecadar o aluguel do mês. Uma rodada! Como se diz no jargão daqueles que gostam de beber. Então, a dificuldade será justificar para o comerciante da Praça da Bandeira, para qualquer pessoa que more num quarteirão sem qualquer infra-estrutura, que nós estamos pagando um ponto comercial para um restaurante ganhar dinheiro.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Desculpe Deputado Edvaldo, eu lhe concederia um aparte, mas terminou o tempo.

Por último Senhor Presidente, eu quero dar um exemplo: a dona Raimunda ganha R\$ 6.340,00, para entregar 1693 marmitex. E assim que deveria ser feito ao invés de uma única firma entregar uma quantidade grande, como é entregue nos dois complexos da Penitenciária. O outro exemplo é o da dona Uderlina, que entrega 3596 marmitex e recebe R\$ 13.592,00, um valor um pouco abaixo do preço praticado pela primeira. Deveria haver uma divisão entre um grupo de pessoas para a melhor distribuição dos marmitex.

No final da semana passada, o Governador Jorge Viana deu uma entrevista falando sobre a questão de envio de documentos para esse Poder. Quero dizer ao Senhor Presidente, e esta crítica sempre faço à Mesa Diretora, que ele não está fazendo nenhum favor, é a sua obrigação. Então, não adianta o Governador nos criticar. Aqui não trabalham meninos nem moleques para ficar ouvindo repreensões. Nós estamos fazendo o nosso trabalho e continuaremos fazendo.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 91/2004, de autoria da Deputada Antonia Sales, com apoio de nove Parlamentares, “Solicitando ao Superintendente da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, as seguintes informações: 1. Número de casos de malária registrados no Vale do Juruá até a presente data, especificados por município; 2. Qual a metodologia utilizada no combate da malária no Vale do Juruá e especialmente no Município de Cruzeiro do Sul; 3. Quais os medicamentos e/ou produtos utilizados e qual sua eficácia nos pacientes”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Deputados que forem a favor, permaneçam sentados; os que forem contra, fiquem de pé.

Aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 92/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando à equipe de transição do Prefeito de Rio Branco, eleito em 3 de outubro de 2004, Professor Raimundo Angelim, que nos seus primeiros Atos Administrativos, estejam contidas as seguintes medidas: a) Restituição dos valores financeiros, descontados dos salários dos servidores do Município de Rio Branco, correspondentes aos dias em que estiveram em combate, em luta, na última greve, na tentativa de ver valorizada sua força de trabalho; b) Liberação dos dirigentes sindicais da rede municipal, para o desempenho do Mandato Sindical”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Deputados que forem a favor, permaneçam sentados; os que forem contra, fiquem de pé.

Aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n.93/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando a convocação do Secretário de Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar do Estado

do Acre, para tratar de assunto referente à etapa de alimentação dos PMs voluntários”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero um pouco da atenção de V. Exa. pois esse é o último recurso que eu estou utilizando para tentar conseguir o pagamento do auxílio alimentação aos PMs voluntários. Estou pedindo a convocação, em regime de urgência urgentíssima, do Comandante da PM e do Secretário de Segurança Pública para discutir esse assunto.

Há cinco meses os PMs voluntários não vêm recebendo o auxílio alimentação. E o que é mais grave, esse benefício consta no Edital, conforme a lei da Polícia Militar. E também os policiais voluntários da primeira turma receberam durante dois anos, R\$ 180,00 a título de auxílio alimentação.

Então, não cabe a explicação, de que eles não são PMs efetivos. Portanto, os PMs voluntários estão sendo penalizados, porque a Procuradoria diz que eles não são PMs.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC – EM APARTE) – Deputada Naluh, obrigado pelo aparte. V. Exa. afirmou que os primeiros PMs voluntários receberam o referido auxílio, isso porque tinham um Comandante que reivindicava ao Governador e que tinha prestígio. É tanto que ele continua no Palácio, que é o Coronel Gilvan. Agora o Comandante atual não é recebido nem pelo Governador. Como a Deputada Naluh falou, não é no Estatuto que os PMs voluntários são penalizados não, é no R.D.P.M.A.C. Eles são punidos por faltar serviços, por chegarem atrasados, mas a Lei também garante o auxílio alimentação, pois todo policial militar recebe isso, até para quem está na reserva. Portanto, não estão pagando por culpa do Comandante da Polícia Militar, Deputada. Porque ele não vai nem discutir isso com o Governador. É pura incompetência.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Eu gostaria só que a Mesa Diretora, com aprovação do Requerimento, o encaminhasse com urgência. (Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 94/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando a Senhora Secretária de Estado de Administração – Flora Valadares, o envio dos seguintes itens: a) Cópia da folha de pagamento dos cargos comissionados das secretarias do Estado do Acre, discriminando o valor por servidor e o valor total da respectiva folha; b) Cópia da folha de pagamento dos Servidores das Secretarias do Estado do Acre, discriminando o valor por servidor e o valor total da folha citada”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 95/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando ao Secretário das Cidades, Eduardo Vieira, cópia do projeto do Parque do Tucumã I e II”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 96/2004, de autoria do Deputado Luiz Calixto, “Solicitando ao Ministério da Previdência e Assistência Social as seguintes informações e documentos: 1. Cópias autenticadas dos procedimentos e auditorias fiscais realizadas nos exercícios financeiros de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, nos quais o Estado do Acre é parte infratora às normas da legislação previdenciária e os respectivos créditos apurados; 2. Relação dos gestores dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional que figuram como responsáveis pelas infrações apontadas; 3. Cópias autenticadas dos procedimentos adotados em desfavor dos gestores apontados pela fiscalização da Previdência Social como responsáveis pelo cometimento das infrações previdenciárias e as penalidades aplicadas; 4. Situação presente da tramitação processual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

O Senhor Presidente (**NILSON AREAL**) – Encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 72ª Sessão Ordinária Deliberativa da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 28 de outubro de 2004.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**

Às dez horas e treze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, Secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães** e **Elson Santiago**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos**, **Francisco Viga** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco**, **Moisés Diniz**, **Hélio Lopes**, **Nilson Areal**, **Roberto Filho**, **Antonia Sales**, **Luiz Gonzaga**, e **José Vieira**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: **Indicação N. 105/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando ao Governador do Estado do Acre Jorge Viana, viabilizar junto aos órgãos competentes a recuperação da Ponte José Augusto, que liga os Municípios de Brasiléia e Epitaciolândia; **Indicação N. 106/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando a Vigilância Sanitária, efetuar vistorias periódicas no Restaurante Universitário – R. U. da Universidade Federal do Acre – UFAC; **Projeto de Lei N. 47/2004**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as farmácias e drogarias a afixarem em local visível a divulgação de listas contendo os genéricos, seus equivalentes e substâncias ativas”. Aberto o **Pequeno Expediente** usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, tendo em vista que teriam uma audiência pública com membros da Eletroacre, às 14 horas, solicitou a suspensão da sessão para que pudessem discutir a metodologia da referida audiência. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Deputado Luiz Calixto que já estava inscrito no Pequeno Expediente o Deputado Tarcísio Medeiros, portanto, se ele não abrisse mão de sua fala, a Sessão seria suspensa após o seu pronunciamento. Em sequência, usou da palavra o Deputado **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, conforme solicitação do Deputado Luiz Calixto, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário. (**Pausa**). Reaberta a Sessão e aberto o **Grande Expediente**, não houve oradores inscritos. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve Matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às onze horas e vinte e dois minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar eu, *Manoel Aparecido Jacintho Padilha*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Nilson Areal

José Luis

(BPM)

(PSDB)

(PT)

(BLT)

(BSC)

SUPLENTE:

Deputados: Naluh Gouveia

Elson Santiago

Hélio Lopes

Francisco Viga

Helder Paiva

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente Deputado Helder Paiva

Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Edvaldo Magalhães

Nilson Areal

(PSDB)

(BSC)

(PT)

(BPM)

(BLT)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Elson Santiago

Hélio Lopes

Delorgem Campos

Luiz Gonzaga

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal

Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga

TITULARES:

Deputados: Naluh Gouveia

Elson Santiago

Helder Paiva

(BLT)

(BSC)

(PT)

(BPM)

(PSDB)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Edvaldo Magalhães

Roberto Filho

José Luis

Luiz Gonzaga

(PT)

(BPM)

(BLT)

(BSC)

(PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago

Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Hélio Lopes

José Vieira

(BPM)

(PSC)

(PT)

(BLT)

(PFL)

SUPLENTE:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Edvaldo Magalhães

Luiz Calixto

Roberto Filho

Tarcísio Medeiros

(PT)

(BPM)

(PDT)

(BLT)

(PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos

Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago

TITULARES:

Deputados: Juarez Leitão

Tarcísio Medeiros

José Vieira

(BSC)

(BPM)

(PT)

(PPS)

(PFL)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Edvaldo Magalhães

José Luis

José Bestene

Nogueira Lima

(PT)

(BPM)

(BSC)

(PP)

(PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão

TITULARES:

Deputados: Edvaldo Magalhães

(PT)

(PMDB)

(BPM)

Roberto Filho

Tarcísio Medeiros

(BLT)

(PPS)

SUPLENTE:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Elson Santiago

Antônia Sales

Roberto Filho

Luiz Calixto

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(BLT)

(PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto

(PT)

(PDT)

TITULARES:

Deputados: Edvaldo Magalhães

Chagas Romão

José Bestene

(BPM)

(PMDB)

(PP)

SUPLENTE:

Deputados: Valmir Figueredo

Elson Santiago

Antônia Sales

Tarcísio Medeiros

Nogueira Lima

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PPS)

(PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima

Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago

(PSC)

(BPM)

TITULARES:

Deputados: Thaumaturgo Lima

Chagas Romão

José Bestene

(PT)

(PMDB)

(PP)

SUPLENTE:

Deputados: Naluh Gouveia

Edvaldo Magalhães

Antônia Sales

José Vieira

Tarcísio Medeiros

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PFL)

(PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueredo

Vice-Presidente: Deputado José Luis

(PT)

(BSC)

TITULARES:

Deputados: Luiz Gonzaga

Chagas Romão

Elson Santiago

(PSDB)

(PMDB)

(BPM)

SUPLENTE:

Deputados: Juarez Leitão

Edvaldo Magalhães

Antônia Sales

Helder Paiva

Delorgem Campos

(PT)

(BPM)

(PMDB)

(PSDB)

(BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes

(PT)

(BLT)

TITULARES:

Deputados: Luiz Calixto

Delorgem Campos

Juarez Leitão

(PDT)

(BSC)

(PT)

Suplentes:

Thaumaturgo Lima

Valmir Figueredo

Nogueira Lima

Francisco Viga

Nilson Areal

(PT)

(PT)

(PSC)

(BSC)

(BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335